

Oposição, em greve, pára o Congresso

Os partidos de Oposição declararam-se ontem em obstrução permanente ou "greve branca" como preferem chamar alguns deputados. Nada se vota na Câmara ou no Congresso Nacional antes dos vetos presidenciais à Política Nacional de Salários e ao projeto de reajuste dos vencimentos dos servidores públicos civis e militares apreciados em agosto passado. Para isso não querem apenas o número mínimo de 400 deputados em plenário, mas negociar com o Governo a derrubada de pelo menos dois vetos: o que congela o salário mínimo até janeiro e o que impede a indexação de até sete salários. Da obstrução não escapou o requerimento de urgência para votação dos projetos que concedem aumentos médios de 53,5 por cento para os servidores federais, do Judiciário e o deles próprios. Não houve sequer a sessão do Congresso.

A decisão contou com a compreensão do presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro que

recebeu os líderes e a Comissão do Trabalho e se comprometeu em não apenas marcar a votação dos vetos — sessão do Congresso — para a próxima quarta-feira, às 10h, mas em se empenhar na convocação dos deputados e, principalmente, em tentar abrir um canal de negociação com o Governo. Os líderes do PT, José Genoino, do PDT, Vivaldo Barbosa, e o presidente da Comissão do Trabalho, Amaury Muller (PDT/RS), queixaram-se repetidamente da falta de um interlocutor do Governo para abrir as negociações. O líder do Governo, Humberto Souto, está em Nova Iorque, em missão oficial, designada pelo presidente Collor na Assembleia Geral das Nações Unidas como observador parlamentar. O líder do bloco que dá sustentação ao Governo, Ricardo Fiúza, está acumulando a função de relator do Orçamento da União e seu vice-líder, Cleto Falcão, disse que não sabia o que fazer porque "ninguém deu qualquer feed-back".

JUNIOR B.

↳ Ibsen ameaça com descontos

Ibsen, no entanto, não deixou de alertar os deputados **grevistas** de que a obstrução é regimental, mas a ausência dos parlamentares nesse período em Brasília será descontada no próximo contracheque. Cada sessão deliberativa representa um dia de trabalho. O aviso serviu para os deputados que pretendem deixar a cidade antes do fim de semana prolongado pelo feriado de amanhã. Segunda-feira não conta porque a sessão não é deliberativa e, na terça-feira, dedicar-se-ão a uma homenagem ao presidente da Venezuela. Qualquer tentativa de votação de qualquer matéria será obstruída. O instrumento utilizado nesses casos é dar o **quorum** (252 deputados) e depois pedir votação nominal quando, então, deixam o plenário.

A ameaça de obstrução das sessões que tenham em pauta matérias do interesse do Executivo começou com a manutenção de dois dos 11 vetos à Política Salarial, na semana passada. A iniciativa foi do PT, hoje acompanhado dos demais

partidos de Oposição (PDT, PSB, PSDB, PMDB, e PCs). Os partidos de esquerda (PT, PDT, PSB e PCs) já haviam decidido obstruir o **Emendão** e em função dele que começou a "greve branca" já na Comissão de Justiça. Desde a sessão dessa Comissão, na terça-feira, a esquerda está obstruindo para evitar a apreciação de três dos cinco pareceres às emendas constitucionais propostas pelo Governo. Ontem faltaram apenas quatro deputados para dar **quorum** e um deles, para surpresa, geral, era exatamente o líder do bloco governista, Ricardo Fiúza.

Na Comissão do Trabalho o próprio presidente Amaury Muller conduziu a obstrução. Desdobraram o projeto do Governo que estabelece uma Política Salarial para os Servidores Públicos Federais (os três primeiros artigos) e a correção das tabelas do Plano de Carreira, indicaram o relator (deputado Jubes Ribeiro (PMDB/BA), que virou a noite redigindo um substitutivo. Resolveram então se "auto-obstruir" e não votaram a matéria.